

## **Ata da 20ª Reunião Ordinária conjunta da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/SP e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP/SP**

Realizada em 15-06-18 na sede da Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania. Compareceram pela COETRAE os membros representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA, Secretaria do Meio Ambiente – SMA, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Segurança Pública – SSP, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – PRT15, Ministério Público do Trabalho – MPT, Superintendência Regional da Polícia Federal – DPF, Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – PRF, Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, e Organização Internacional do Trabalho – OIT. Com convidados, representantes do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX, Caritas Arquidiocesana de São Paulo e Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB. Ausências justificadas da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS e ASBRAD. Como ouvintes, participaram da reunião uma representante do Youth Career Initiative e uma estudante do tema.

Pelo CETP, compareceram os membros da SJDC, SERT, SSP, Secretaria da Habitação – SEHAB, SEFAZ, PRT15, PRT2, DPF, PRF, e como convidados os representantes do CAMI, SOS Dignidade, Cruz Vermelha, Caritas Arquidiocesana de São Paulo e OIT. Constavam do Expediente Preliminar: **1.** Aprovação da Ata da 19ª Reunião Conjunta, **2.** Elaboração do II Simpósio Internacional e III Simpósio Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, **3.** Projeto do Fundo Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil, **4.** Andamento do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, **5.** Denúncia sobre cooptação de venezuelanos para trabalho análogo ao de escravo, e **6.** Assuntos Gerais.

O coordenador-substituto da COETRAE/CETP informa aos membros sobre sua saída do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NETP, e apresenta a nova coordenadora das atividades desta Comissão e Comitê. **1.** Ata APROVADA, com ressalva da OIT **2.** O coordenador-substituto questiona os retornos sobre a disponibilidade da participação dos palestrantes, indicados na última reunião, para o II Simpósio Internacional e III Simpósio Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Como os membros responsáveis pelos contatos não estavam presentes nesta reunião, ficou acordado que as informações seriam levantadas posteriormente pelo NETP. **3.** A Secretaria da Fazenda solicitou uma revisão na redação do Plano sobre a destinação de verba para a criação do Fundo Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo e Infantil. A Comissão responsável pelo tópico, composta pela SJDC, SEFAZ, MPT2, MPT15, DPU, CAMI, Missão Paz e OIT, se reuniu ao final desta reunião, com exceção do MPT2, DPU e Missão Paz. **4.** O Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo retornou da Assessoria Técnica da Casa Civil com novos apontamentos. Uma Reunião Extraordinária da COETRAE será realizada para revisão e adequações necessárias. O representante da OIT coloca que, enquanto o Plano não é aprovado, ações pensadas, e contidas no mesmo, já podem começar a ser implementadas. **5.** Foi compartilhado com o grupo informações sobre o caso dos venezuelanos cooptados no CTA do Butantã para trabalhar em oficina de costura localizada na região central da cidade de São Paulo. O caso está sendo investigado pelo MPT2 e acompanhado pelo Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante – CRAI. A representante do CAMI afirma

*“Já sabíamos que isso iria acontecer. Várias situações enfrentadas pelos venezuelanos interiorizados já foram levantadas nas reuniões do Comitê. Recebo e-mails todos os dias ofertando empregos para venezuelanos, mas ao investigar as propostas, percebe-se que não se trata de um trabalho digno, mas sim de exploração de mão de obra de vulnerável. O ciclo se repete. É necessário uma reflexão, afinal, o que estamos fazendo enquanto Comitê?”* (sic). Conta sobre um manual de orientação que foi entregue pelo CAMI em oficinas de costura, onde constam informações sobre direitos e deveres trabalhistas, tráfico de pessoas e trabalho escravo. Reforça que o grande problema é a demora nas respostas às denúncias, especificando uma denúncia que demorou 1 ano para começar a ser investigada. A representante do MPT/15 pede mais informações sobre o caso mencionado, e diz ser uma exceção, pois as investigações de denúncias não costumam levar tanto tempo para serem apuradas. Afirma que por dia recebe cerca de 300 e-mails, e, portanto, para dar celeridade ao processo, sugere que em casos mais urgentes, além do ofício protocolar, os órgãos responsáveis sejam acionados também por mais meios de comunicação. O representante da PRF concorda que está faltando comunicação entre os atores da rede, que muitas vezes não sabem quais ações estão sendo realizadas pelos parceiros no enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho análogo ao de escravo. O representante da Caritas informa que já receberam denúncias, relativas ao trabalho decente, sobre 6 ou 7 venezuelanos abrigados no CTA de Butantã. **6.** Informações sobre o I Encontro Internacional e II Encontro Estadual sobre Migração e Refúgio. A reunião é finalizada com uma rodada de apresentações dos participantes para a nova responsável pela coordenação das atividades desta Comissão e Comitê.